



A LUDICIDADE E A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO EM ESCOLAS REGULARES: DA OBRIGATORIEDADE AOS DESAFIOS

Gustavo Molina¹

Sawana Araújo Lopes De Souza²

RESUMO

O presente trabalho visa analisar sobre ludicidade e a educação especial nas políticas educacionais e o seu processo de incorporação na formação de professores a fim de que tenhamos um processo democrático e inclusivo no campo educacional. Metodologicamente, assume uma abordagem qualitativa, bibliográfica e documental. Os resultados obtidos foram que a ludicidade é um dos caminhos para que haja a implementação da educação especial através dos jogos educativos que podem ser promovidos pelos professores. Além disso, esse caminho torna-se desafiador porque os docentes precisam estar preparados para incorporado essa temática no seu cotidiano escolar. Portanto, existem desafios que envolvem a ludicidade e a educação especial, tais como uma formação continuada que contemple essa temática no cotidiano da sala de aula e as políticas educacionais que orientam a respeito dessa temática precisam ser implementadas na rotina escolar, a fim de que tenhamos um espaço inclusivo e democrático.

Palavras-chave: Ludicidade. Educação especial. Inclusão. Escolas regulares.

INTRODUÇÃO

Desde a Declaração de Salamanca em 1994, a inclusão de alunos com deficiência tem sido amplamente debatida (SOUZA; NOGUEIRA, 2017). No entanto, é necessário expandir essas discussões para que possam refletir sobre práticas docentes que verdadeiramente incluam esses alunos nos programas educacionais. Muitas instituições têm realizado mudanças em seus processos e estruturas físicas para alcançar esse objetivo.

¹ Bacharelado em Sistemas de Informação - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Licenciatura em Matemática - Universidade Paulista. Pós-Graduação em Plataforma de Desenvolvimento Web - Centro Universitário Claretiano. Pós-Graduação em Gestão e Governança de Tecnologia da Informação - Universidade Paulista. Pós-Graduação em Inteligência Artificial - Faculdade Serra Geral. Mestrado em Engenharia Elétrica/FEI. Doutorando em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University - email:gustavo.molina17@yahoo.com.br.

² Professora Substituta da Universidade Federal da Paraíba (UFPB-Campus IV). Professora da Ivy Enber Christian University. Doutora em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB). Graduada em Pedagogia da UFPB. E-mail: advisor@enberuniversity.com.



Diante disso, é fundamental repensar a educação curricular a fim de incluir alunos com necessidades especiais. Essa é uma disciplina de grande importância, pois permite a apropriação da cultura corporal de movimento, a socialização e outros elementos essenciais para o desenvolvimento dos alunos.

Entre as diversas deficiências encontradas nas escolas, o autismo é bastante comum. Caracterizado por mudanças de comportamento que se manifestam na infância, as alterações decorrentes do autismo são exclusivas desse tipo de deficiência (GAUDERER, 1993).

Embora haja defensores e opositores da tolerância na educação de alunos com necessidades educacionais especiais, é estabelecido legalmente que a inclusão não deve ser limitada apenas a esses alunos. Essa premissa está entre as principais diretrizes das políticas públicas nacionais, federais, estaduais e municipais de educação. Existe um consenso de que a tolerância educacional deve levar em consideração as diferenças individuais e a diversidade, aceitando, respeitando e valorizando-as, uma vez que a diversidade é uma parte natural e necessária do processo de ensino.

Neste sentido, implementar uma política pública de educação de alunos inclusivos às suas necessidades de educação especial foram discutidas e promove a reflexão sobre a educação brasileira (regular e especial) e a formação de professores (inicial e continuada), profissionais de diversas áreas, apontaram as diferenças necessárias, dúvidas, resistência, crítica pertinente, medo, contradição, mas principalmente abertura para reflexão, análise crítica, tomada de posição e promoção de mudança e mudança de posição, conceito, política, identidade e prática da educação, família, sociedade e educação.

Apesar das opiniões divergentes sobre a tolerância na educação de alunos com necessidades educacionais especiais, é legalmente estabelecido e consta nas principais diretrizes da política pública nacional de educação, tanto em âmbito federal, estadual e municipal. Há um consenso de que a tolerância não pode ser limitada apenas aos alunos com necessidades



educacionais especiais na educação formal. A premissa da tolerância educacional é considerar as diferenças individuais, valorizar e respeitar a diversidade, pois esta é uma parte natural e necessária do processo de ensino.

O professor enquanto facilitador do processo de educação possui um papel central no desenvolvimento dos alunos. É preciso refletir e repensar a prática destes educadores frente à diversidade de alunos e suas diferentes necessidades, em especial, alunos com deficiência. De acordo com Souza e Nogueira (2017), a Educação Física é uma importante ferramenta de inclusão, pois permite o desenvolvimento e ampliação do conhecimento acerca do movimento corporal, além da vivência de diversas atividades em grupo.

Diniz (2007) define a deficiência como um problema social, não individual, pois há amplas relações com sistemas sociais opressores; uma organização comunitária em torno de pessoas com um tipo específico de lesão é o que lhes fornece informações sobre deficiência. Portanto, é compreensível que uma pessoa com deficiência vivencie mais diferenças no setor social do que a própria limitação da deficiência.

Para respeitar as diversidades encontradas em todos os seres presentes no ambiente escolar, surge a Educação Inclusiva, diferente da Educação Especial, a Educação Inclusiva tem como papel primordial contemplar todos os alunos, sendo portadores de necessidades especiais, ou não. Ela surge para mudar o cenário do ensino, dando oportunidades a todos, mas respeitando suas capacidades individuais, além de eliminar obstáculos que limitam a aprendizagem e participação discente no processo educativo.

Deste modo, é dever de todas as escolas proporcionar aos seus alunos a oportunidade de conviverem em um ambiente acolhedor, seguro e com práticas pedagógicas pautadas na inclusão de todos os alunos. A escola também deve aproximar outras instâncias para assegurar a inclusão, como a comunidade interna e externa, oferecendo-as oportunidade de participação nas atividades ofertadas no ambiente escolar.

Nos dias atuais existem diversas discussões a respeito da Educação Inclusiva, geralmente associada ao antagonismo inclusão/exclusão. Porém se a inclusão escolar é colocada como possibilidade fundamental para a transformação da sociedade, pressupondo que a inclusão em sua essência promove respeito às diferenças e favorece as condições necessárias educacionais especiais, como compreendemos a qualificação dos profissionais que assumem a educação deste público?

O estudo desenvolvido por Falkenbach e colaboradores (2007, p. 38) apontou que a inclusão “pode constituir-se em uma ação extremamente complexa aos professores e à comunidade escolar, uma vez que a ação pedagógica tem buscado a universalização e uniformização do conhecimento”. Tal ação pedagógica provoca o distanciamento entre o projeto pedagógico e a realidade vivenciada pelos membros da comunidade escolar e a consequente falta de articulação política e comunitária na ação coletiva desta comunidade.

A justificativa para a realização deste trabalho deve-se ao fato de acompanhar a trajetória das diferentes experiências construídas durante a formação continuada de professores para atuar na educação inclusiva. Pesquisar sobre os principais obstáculos e avanços existentes nas práticas de ensino em sala de aula, discutindo possibilidades de investimento na formação continuada do professor docente e os novos desafios no âmbito da Educação Inclusiva.

O objetivo geral do presente trabalho visa analisar sobre ludicidade e a educação especial nas políticas educacionais e o seu processo de incorporação na formação de professores a fim de que tenhamos um processo democrático e inclusivo no campo educacional. Enquanto, os objetivos específicos foram: fomentar a formação de professores e as políticas públicas para área de Educação Especial na perspectiva da Inclusão; disparar práticas pedagógicas mais democráticas; promover o intercâmbio entre pesquisadores, profissionais e estudantes da área de educação e áreas afins.



O presente estudo estruturamos nas seguintes etapas: em um primeiro momento dialogamos sobre a inclusão na educação; em seguida, apresentamos os resultados e discussões que foram obtidos a partir da revisão bibliográfica. Por fim, as considerações finais.

DEBATE SOBRE A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO: HISTÓRIA E CONTEXTOS

Se analisarmos a história da educação inclusiva, vemos que ela se caracteriza pela exclusão das pessoas com necessidades especiais. As pessoas com algum tipo de deficiência eram alienadas da sociedade, discriminadas e excluídas. A partir do século XX, quando surgiram grandes interesses no conhecimento médico e técnico sobre pessoas com deficiência. Os primeiros sinais de responsabilidade social estão sendo mostrados. Em 1994, a Declaração de Salamanca afirma os direitos à educação e a sociedade começa a reconhecer cada vez mais a importância dos espaços inclusivos. Dessa forma, entendemos que a educação especial no Brasil passou por muitas mudanças ao longo dos anos e foi ofertada de forma diferente da educação ofertada para quem não tinha deficiência.

Na Constituição de 1988, a Educação Especial ganha novo destaque, onde no artigo 208, o Estado se obriga a garantir a efetiva educação inclusiva, com atendimento educacional especial para pessoas com necessidades especiais, preferencialmente na educação geral, esta Lei foi cassada para ser efetivamente incluída para começar a dar os primeiros passos.

Em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, produzindo um amplo processo de mudanças no sistema educacional brasileiro, dentre essas mudanças a implementação da política de inclusão de pessoas com necessidades especiais na rede geral de ensino, alterando o sistema adotado até então, que excluía e separava essas pessoas de instituições especiais. A aprovação da LDB incluiu uma proposta de educação inclusiva, que estabelecia que pessoas com necessidades especiais deveriam participar de forma igualitária no sistema de ensino das escolas regulares. Desta forma, a escola torna-se, portanto, para todos.

Mais tarde, em 1994, na Declaração de Salamanca, fundou-se o direito à educação para pessoas com necessidades especiais, confirmando que toda pessoa com necessidades especiais tem o direito de expressar, como quiser, seus desejos em relação à sua educação, se isso pode ser feito.

Nesse sentido, tanto a LDB quanto a Declaração de Salamanca apontam para a necessidade de que os espaços educativos e os profissionais da educação estejam preparados para receber e educar da melhor forma possível as pessoas com necessidades educacionais especiais. Portanto, políticas públicas que contemplem todos os requisitos de inclusão necessários para serem efetivas são essenciais e importantes.

Dessa forma, para que uma escola seja mesmo inclusiva, ela precisa abrir espaço para todas as crianças, sendo elas portadoras de necessidades especiais ou não. Quando a criança portadora de deficiência começa a ter convívio com outras crianças ela deixa de ser excluída e passa a ser parte integrante daquele meio social, garantir que o processo de inclusão possa fluir da melhor forma possível é responsabilidade da equipe gestora – formada pelo diretor, coordenador pedagógico, orientador e vice-diretor, quando houver – e para isso é imprescindível que tenham conhecimento e condições para aplicá-lo nas atividades rotineiras da escola.

Educação inclusiva não significa educação com representações e baixas expectativas em relação aos alunos, mas sim a compreensão do papel importante das situações estimulantes, com graus de dificuldade e de complexidade que confrontem os professores e os alunos com aprendizagens significativas, autênticos desafios à criatividade e à ruptura das ideias feitas, como foi o caso dos grandes pioneiros da educação que acreditaram no grande papel que a educação representava no acesso à cidadania dos mais desfavorecidos, sendo, então (como agora), chamados de loucos. (SANCHES, 2006, p. 73).

A rede regular de ensino deve oferecer educação especial para qualquer aluno com deficiência. Esse processo exige transformações na forma de conduzir as aulas e no modo de se relacionar com as turmas e famílias. Para que a escola esteja preparada para atender os alunos portadores de deficiência, se faz necessário que a escola ofereça condições mínimas de

acessibilidade como: rampas de acesso, corrimões, sala multifuncionais, portas com larguras adequadas para cadeirantes, banheiros adaptados, material didático adequado, entre outros.

A inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo da escola, o principal desafio que têm os pais, professores e profissionais que trabalham com crianças que apresentam dificuldades, é ajudá-las a adquirir confiança em si mesma, acreditar nas suas capacidades. (GÓMEZ; et al; 2010, p. 7).

Num panorama de Escola Inclusiva é indispensável compreender que incluir não é unicamente matricular um aluno em um ambiente escolar e achar que a inclusão já esteja efetivada. Se assim for, ou seja, se o investimento na qualidade de ensino não se tornar uma ação constante, a demanda das matrículas desse alunado na classe comum pode resultar em rejeição cada vez mais proeminente e em desencadear maior dificuldade de estudar junto com os outros alunos. Em virtude disso, a escola deve oferecer oportunidade para esses alunos desenvolverem suas habilidades e aprendizagens, condizentes com suas limitações ou superdotações.

A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim. (MANTOAN, 2006, p. 18).

Podemos perceber que construir uma escola inclusiva não é uma tarefa fácil, é necessário acreditar nas possibilidades de aprendizado, e vencer obstáculos diários. Muitas vezes, esses obstáculos nos impedem de valorizar e executar a educação com ênfase na diversidade, no entanto, é necessário que nos sensibilizemos com a história de luta desse público-alvo em busca de direitos de igualdade.

O atendimento educacional especializado é um direito dado aos alunos com necessidades educativas especiais, esse direito é assegurado por leis e garantido através de práticas e recursos inclusivos. Esse atendimento está descrito na Constituição Federal de 1988, no artigo 208, inciso III, traz na sua

redação que o mesmo deve acontecer preferencialmente na rede regular de ensino. O “preferencialmente” é que abriu precedentes, gerando julgamentos subjetivos e díspares no território nacional.

Embora a escola apresente alternativas para atender as necessidades e particularidades dos alunos com deficiência, entendemos que isso não seja suficiente para garantir o acesso do aluno no AEE, pois é necessário ir em busca de melhores condições para a efetivação políticas públicas, a fim de garantir o transporte para que os alunos do campo frequentem o turno inverso do AEE, com horários adequados e uma proposta pedagógica que atenda os anseios dos alunos que buscam oportunidades de ensino condizente com sua realidade. (ANDRÉ, 2019, p. 106).

Embora o discurso sobre o atendimento educacional especializado não seja novo, as práticas ou as notícias sobre como a inclusão têm sido realizadas não são expandidas e ainda transporta muitas dúvidas. Quando paramos para analisar dois contextos como: da escola especial e da escola regular. A escola especial, que também pode oferecer o AEE, sempre atuou com o aluno com necessidades educacionais especiais em ambientes muito diferente dos espaços da escola regular. E a escola regular, estava habituada a pensar sobre uma linearidade diante da aprendizagem dos seus alunos, vendo-os como seres homogêneos.

A Política Nacional de Educação Especial na ótica da Educação Inclusiva visa garantir a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando programas educacionais para garantir: acesso à educação geral, participação, aprendizagem e continuidade. na escola. altos níveis de educação; a evolução do sistema de educação especial da educação infantil ao ensino superior; prestação de assistência educacional especial; formar professores dos serviços de educação especial e outros profissionais da educação a serem incluídos [...] (BRASIL, 2008).

Em virtude disso, lidar com alunos com necessidades educacionais especiais o âmbito da escola regular demanda outras maneiras de lidar com o processo escolar, utilizando estratégias e metodologias que carecem de ser compartilhadas por todos os ambientes que oferecerem o atendimento educacional especializado, involuntariamente. Assim, entendemos que existe a necessidade da organização de uma rede de conhecimentos, na qual os profissionais envolvidos com esses estudantes, na sala de aula ou em outros



ambientes da escola ou ainda no AEE, ou fora da sua escola, necessitam ter a condição de partilhar e repartir os caminhos que são necessários para esse aluno aprender e se desenvolver, da melhor forma possível.

O presente trabalho será desenvolvido utilizando metodologia de pesquisa bibliográfica que consiste na consulta de material científico já publicado por diferentes autores em diferentes fontes que estejam disponíveis ao público. Os materiais que podem ser consultados nesta metodologia podem ser livros, artigos científicos, jornais, revistas, teses, artigos encontrados em bases online, entre outros. O objetivo da metodologia de pesquisa bibliográfica é permitir que o autor se aproxime do tema escolhido, colhendo informações de diversas fontes e criando sua discussão e base teórica a partir delas. O papel do autor é selecionar os artigos que se relacionam com o tema, verificar as informações apresentadas e evidenciar semelhanças e diferenças, construindo material para sua elaboração (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa bibliográfica serve como base para diversos outros tipos de pesquisa, pois, toda pesquisa precisa partir de uma construção teórica. Sendo assim, para a realização deste trabalho, foram selecionados artigos pertinentes ao tema escolhido, procurados através das palavras chaves e analisados a fim de identificar quais eram mais adequados. Aqueles artigos identificados como fora do tema foram descartados; é importante que os artigos sirvam como base de sustentação as ideias apresentadas. Após a seleção dos artigos, foi elaborada a base teórica e discussão a partir das informações apresentadas pelos autores citados. A pesquisa bibliográfica precisa ser realizada em uma linguagem que permita que o trabalho seja acessível tanto para a comunidade científica quanto para o público em geral, de forma a auxiliar na disseminação de importantes informações que contribuam para a sociedade (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para a construção desta pesquisa, será desenvolvido um estudo de cunho bibliográfico, com uma abordagem qualitativa desenvolvida através de um estudo de caso. Segundo Ribeiro (2008, p. 05) a abordagem qualitativa se

desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto, se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história dos brinquedos, os estudos teóricos dos brinquedos, a sociologia dos brinquedos, os estudos folclóricos dos brinquedos, entre outras coisas, são muito importantes para a compreensão do tema como um todo. Apesar de todas essas áreas, o trabalho atual tem como foco uma melhor compreensão do lúdico no contexto da educação infantil, especificamente de crianças com necessidades especiais inclusas em escolas regulares (SILVA, 2011).

O brincar sempre fez parte da vida humana, faz parte da constituição tradicional, é um tema muito importante que pode ser utilizado para ensinar e aprender as relações escolares, principalmente no ensino fundamental e médio. As atividades lúdicas podem ser realizadas no programa de ensino como uma ferramenta que facilita o aprendizado, desde que sejam utilizadas de forma correta, ou seja, as atividades devem ser direcionadas e ter uma finalidade didática.

Como mencionado anteriormente, o jogo tem raízes em toda a vida humana, então existem jogos de todos os tipos, categorias e faixas etárias, o que é diferente quando incluimos isso na educação. O brincar também é uma forma de aprendizado que tem crescido significativamente nos dias de hoje, pois traz diversão e, portanto, conhecimento. Vygotsky diz que, por meio da brincadeira, as crianças desenvolvem suas habilidades cognitivas e isso ajuda na formação de seus pensamentos. Aplicar um jogo tem sido inovador na sala de aula, para que possamos destacar o papel do aluno, afinal, além de diversão, a brincadeira pode trazer vínculos, trabalho em equipe, maturidade na competição e, conseqüentemente, aprendizado.

Nesse sentido, é importante entender que existem três tipos de jogos: físicos, analógicos e digitais. Estes podem ter um efeito profundo no processo de aprendizagem, com destaque para os jogos digitais, afinal, a geração atual está totalmente conectada e, assim, facilitando a conexão com o aluno em seu “mundo”. De acordo com o artigo "gamificação nas práticas pedagógicas: teoria, modelos e experiências", gamificação é aprender uma cultura lúdica que envolve e diverte efetivamente, além de ser algo relacionado à motivação e resolução de problemas com jogos digitais.

A gamificação pode ser considerada como o aprendizado da cultura do jogo nas técnicas corretivas da cibercultura, um movimento natural integrado ao desenvolvimento humano por meio da interação com os jogadores. A palavra é uma tradução de gamificação e foi usada pela primeira vez em 2002 por Nick Pelling. Os autores afirmam que por meio da gamificação é possível: engajar, conviver, incentivar e ensinar de forma eficaz. Foi também um dos precursores da ideia de criação de jogos que encorajar as pessoas a se engajarem em atividades diárias através do uso da mentalidade esportiva na realidade poderia levar ao desenvolvimento de um mundo melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta apresentação, entende-se que o brincar é uma ferramenta importante no desempenho acadêmico, é uma ferramenta que simplifica o processo de aprendizagem, principalmente na educação infantil. As escolas podem utilizar jogos e brincadeiras como uma variedade de métodos de ensino, permitindo que os alunos aprendam sobre atividades didáticas, orientados pelos professores. No caso da alfabetização, essa abordagem também funciona para que por meio de jogos e brincadeiras o professor possa dar ao educando espaço para aprender brincando, para que ele se familiarize com as ideias dos personagens por meio de atividades lúdicas.

O sistema educacional requer mudanças nos métodos de ensino, a fim de compreender melhor o desenvolvimento das crianças, e desenvolver uma

educação holística, levando em consideração todos os aspectos e oportunidades das crianças.

Os hábitos de ensino lúdico permitem que a criança demonstre maior desempenho acadêmico, além de desenvolver uma variedade de habilidades, promovendo assim uma educação holística. Considerando que o brincar é um ato natural da criança e está presente na vida de todos desde os primórdios, integrá-lo ao processo de ensino é importante, pois o brincar possibilita muitas oportunidades de construção de conhecimento.

Para que isso aconteça, porém, é necessário que professores e escolas mudem sua visão sobre os espaços destinados aos jogos e brinquedos, deixem de vê-los como meros objetos destinados a distrair e aumentar seu uso, não apenas para lazer, mas para sala de aula. prática.

Demonstrou-se que os professores têm um papel importante a desempenhar como mediadores, com a responsabilidade de mudar a forma de trabalhar e ajudar a construir o conhecimento, o que é importante para que se atualizem sobre as descobertas do ambiente de aprendizagem e busquem novas idéias. formas em suas ações.

Os professores precisam desenvolver suas habilidades no uso de jogos e brincadeiras que colhem o que querem ensinar aos seus alunos, para que possam aprender sobre seus jogos, regras e oportunidades; Mais do que apenas desenvolver um jogo ou jogar um jogo em sala de aula, o professor precisa se envolver com a atividade com seus alunos, e planejar as atividades de uma forma que beneficie o ensino do conteúdo que deseja que seus alunos aprendam.

Dessa forma, propõe-se um maior aprofundamento e pesquisas sobre o assunto a fim de desenvolver uma maior conscientização dos profissionais da área da educação, a fim de mudar sua compreensão sobre brinquedotecas e brincadeiras, utilizando essas oportunidades em prol da prática educativa e do aluno.



REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira et al. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**/elaboração Denise de Oliveira Alves. Marlene de Oliveira Gotti, Claudia Maffini Griboski, Claudia Pereira Dutra. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

ANDRÉ, Solange Regina Alves. **O atendimento educacional especializado em grupo na sala de recurso multifuncional na educação básica**. In: Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019. p. 136.

BRASIL. Lei n. 9.394. Estabelece a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 04 abr. 2023.

_____. BRASIL. 1988. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

EMER, Simone de Oliveira. **Inclusão escolar: Formação docente para o uso das TICs aplicada como tecnologia assistiva na sala de recurso multifuncional e sala de aula**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. **Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer**. Saúde e Sociedade, v. 20, p. 377-389, 2011.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: [\<www.mec.gov.br>](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 10 nov. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: [\<https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>](https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao). Acesso em: 15 nov. 2022.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. In: SUMÁRIO OUTUBRO 2005. São Paulo: Editora Sumário, 2005. p. 7.



UNESCO. **Necessidades Educativas Especiais: Declaração de Salamanca sobre Princípios, política e prática na área das necessidades educativas especiais.** Lisboa: Edição do Instituto de Inovação Educacional. Inovação, 7, n.º1, 1994.